

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU– 2015

Ao vigésimo terceiro dia do mês de julho de 2015, às 14h05min, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu) deu início à 3ª Reunião Ordinária do Plenário do Comitê Guandu, no Auditório do Pavilhão de Aulas Teóricas, no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica/RJ, tendo como pauta os seguintes assuntos: 1 - Leitura e aprovação da ata da reunião anterior (21/05/2015); 2 - Aprovação da Minuta de Resolução que indica a AGEVAP como Agência de Bacia para o próximo contrato de gestão; 3 - Aprovação da Minuta de Resolução que "Altera dispositivos que estabelecem mecanismos referentes à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu"; 4 - Aprovação da Minuta de Resolução que altera a Resolução 11; 5 - Aprovação de novo membro para vaga em aberto da Plenária: FIPERJ – Segmento Governo Estadual; 6 - Aprovação para a solicitação de apoio a evento: Apoio à Semana Acadêmica de Biologia; 7 - Assuntos Gerais. O Diretor Executivo, Decio Tubbs (UFRRJ), deu início à reunião. Solicitou a aprovação da ata anterior (21/05/15). A ata foi aprovada. Foi sugerida uma inversão de pauta para analisar o item 3 da pauta (alteração cobrança CEIVAP). A inversão foi aprovada. 3 – Julio Cesar Antunes (ABES) fez um histórico sobre a discussão, que passou pelas Câmaras Técnicas do Comitê Guandu. O mesmo falou que foi colocada uma proposta considerada factível. E foi aberto à Plenária para recolher alguma sugestão e encaminhar a proposta para o CEIVAP, para que isso seja analisado junto à Comissão Especial Permanente de Articulação (CEPART). Decio Tubbs (UFRRJ) relatou que há um certo desconforto quando se fala sobre os recursos do Comitê, porque a maior parte é contingenciada para saneamento urbano, ou seja, não é passível de ser aplicado em projetos diversos. Contou que após extensas discussões, o Comitê Guandu montou uma minuta, que será encaminhada ao CEIVAP. Se for aprovada, será feita uma resolução conjunta para encaminhar ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro. O mesmo continuou, falando sobre a planilha montada com estimativas de arrecadação, e da proposta feita pelo Comitê, de modo que isso não inviabilize o desenvolvimento de projetos e o funcionamento do Comitê. Nelson Reis (OMA-Brasil) ressaltou a importância da orientação na minuta em relação



32 à aplicação dos recursos em projetos que beneficiem as duas bacias. Decio falou
33 sobre a intenção de colocar, na revisão do Plano de Bacia do Guandu, um dispositivo
34 legal que facilite o trabalho conjunto entre as bacias. Ressaltou o limite do aumento
35 da arrecadação para que isso não inviabilize o Comitê, e que, inclusive, é evidente
36 que o aumento da cobrança será discutido nos próximos meses. A minuta foi
37 aprovada considerando o aumento de 5% ao valor a ser repassado ao CEIVAP. Decio
38 (UFRRJ) explicou que esse movimento partiu de uma exigência do Conselho Nacional
39 de Recursos Hídricos. Julio Cesar Antunes (ABES) frisou que o Comitê Guandu foi
40 proativo em todos os momentos da discussão, apesar de situações e cenários
41 colocados em meios de divulgação fora da Comissão que avalia a cobrança.
42 Destacou a iniciativa de colocar projetos para a discussão, de novas alternativas, e
43 tudo partindo do Comitê Guandu. Destacou a abertura para o diálogo, fazendo valer a
44 função de parlamento, mas não discutir assuntos em paralelo que prejudiquem a
45 política e a gestão de recursos hídricos. Decio Tubbs (UFRRJ) passou ao item
46 seguinte que trata da minuta de altera a Resolução 11/2006. 4 - O mesmo falou que o
47 problema partiu da pressão sofrida por vários municípios por conta do Ministério
48 Público em relação aos processos de licenciamento, pois há o entendimento de que
49 qualquer processo deve passar pelo Comitê. E no passado ela foi pensada para
50 licenciamento que necessitasse de aprovação no Estado, e não se previu a
51 descentralização do licenciamento. Esta resolução estava causando problemas,
52 apesar de ser uma coisa simples. Foi construído um Grupo de Trabalho para
53 desenvolver isto, com membros das duas câmaras técnicas. Ocorre que a proposta
54 era ampla demais. No CERHI-RJ houve a tentativa de acertar uma data. O proposto
55 em reunião conjunta das CTs foi uma alteração simples: no artigo 1, seria
56 condicionada a necessidade de EIA/RIMA. Não significa que se deixaria de lado uma
57 reunião para ampliar as capacidades dos municípios. Decio (UFRRJ) relatou que a
58 partir da experiência do Plano de Contingência, houve um entendimento dessa
59 necessidade, como no caso de transporte de produtos químicos, por exemplo.
60 Relembrou que a proposta sempre foi atuar no início do processo, e essa construção
61 deve ser feita com o INEA. A reunião com o CONEMA não aconteceu, e será
62 combinada uma reunião com o setor de Licenciamento do INEA. Decio avaliou que o



63 GT trabalhou numa proposta bem complexa, mas que seria difícil de implementar
64 agora. As prefeituras continuam vulneráveis a esse entendimento por parte do
65 Ministério Público. O comitê guandu quer colaborar no processo de licenciamento, e
66 não funcionar como fiscalizador. A alteração feita é colocar explicitamente os
67 empreendimentos que necessitem de EIA/RIMA. Nelson Reis (OMA-Brasil) falou que
68 os comitês de bacia são parte importante da gestão participativa. Falou que o Comitê
69 Guandu é vanguardista no estado com uma resolução como esta que está para
70 alteração. Acrescentou que é importante incluir empreendimentos que serão alterados,
71 ampliados ou em curso. Acrescentou que existem empresas na região que possuíam
72 outorga, e em função de avaliações, reduziram o volume permitido na outorga, e é
73 necessário garantir essa informação. Nelson (OMA-Brasil) falou da importância de
74 frisar qual é o papel. No primeiro item dos "considerandos", Nelson (OMA-Brasil)
75 sugeriu que constem elementos para que os empreendedores saibam dos itens
76 necessários. Camilla Hellen (OMA-Brasil) sugeriu que constasse o artigo 38 da lei da
77 política nacional de recursos hídricos. Nelson falou que existe uma lei no estado, a Lei
78 nº 3.111, que dispõe sobre a avaliação dos efeitos sinérgicos de um empreendimento.
79 Camilla Hellen (OMA-Brasil) leu o texto da Lei. Nelson Reis (OMA-Brasil) falou que
80 esta lei precisa constar na resolução para que o pessoal do licenciamento tenha essa
81 preocupação com as ações sinérgicas. Ainda no artigo 1, ressaltou a importância de
82 trocar 'poderá' por 'deverá', pois julga que é uma atribuição do Comitê Guandu
83 estabelecida na lei. Decio (UFRRJ) utilizou o exemplo da estrada que está sendo
84 construída em Seropédica, que passou por um processo de licenciamento, e se é
85 necessário que ela passe por avaliação do Comitê. Nelson Reis (OMA-Brasil)
86 respondeu que o Comitê poderá avaliar a necessidade ou não de análise. Livia
87 Soalheiro (INEA) falou que o uso da palavra "deverá" obriga o Comitê a analisar
88 quaisquer empreendimentos dentro da sua região de atuação. Nelson (OMA-Brasil)
89 observou o estabelecimento de condicionantes durante os processos de
90 licenciamento. Afirmou que o Comitê sugere condicionantes, já que os órgãos
91 licenciadores é que tem poder de instituir estes fatores. Ressaltou a importância de
92 colocar uma condicionante de acompanhamento de informações. Decio Tubbs
93 (UFRRJ) explicou que a ideia é solucionar o problema que trava muitos processos



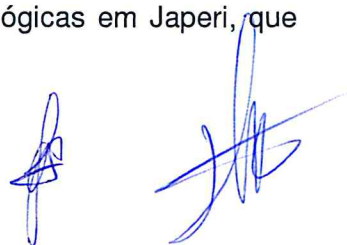
94 dentro dos municípios. Explicou que a ideia é resolver o problema preliminar dos
95 municípios, e também para não receber demandas como 1500 pedidos de outorga de
96 poços que estão no INEA, por exemplo. Decio (UFRRJ) afirmou que o assunto será
97 discutido novamente nas Câmaras Técnicas e, além disso, as notas técnicas e
98 instruções técnicas informam se o empreendimento deve ou não passar pelo Comitê
99 Guandu. Jose Arnaldo (P.M. Japeri) falou sobre a pressão em relação ao tempo
100 dessas análises que é inviável na prática, dizendo que hoje é mais viável exigir
101 informações na Lei de Transparência pública. O que se pretende é deixar a resolução
102 mais simples para o Comitê e para os municípios. Continuou, dizendo que o INEA
103 hoje é a instituição que deve informar sobre as análises. O que se quer é, na questão
104 dos municípios como Queimados, aumentar a articulação do comitê em torno da
105 discussão dos processos de saneamento, tarefa importante também para o município
106 de Japeri. Nelson Reis (OMA-Brasil) falou sobre a instalação da RICA nas margens
107 do Comitê Guandu. Queixou-se sobre a falta de informações. Professora Ida,
108 representante da UEZO, solicitou informações a respeito da possibilidade de criar um
109 outro artigo sinalizando que, em função do volume demandado de água, os
110 empreendimentos passem pelo Comitê. Amisterdan (SIMARJ) ressaltou que os
111 próprios órgãos fiscalizadores já sofrem com as altas demandas e isso vai além da
112 atuação do Comitê. Em segundo, a ideia é solucionar o problema imediato, mas para
113 problemas futuros podem ser criados mecanismos para trabalhar esses processos.
114 Andreia Loureiro (P.M. Queimados) falou que existem cerca de 70 processos para
115 licenciar, e que essa discussão já foi tratada extensamente no GT e nas Câmaras
116 Técnicas. Fernando Ribeiro (CI Brasil) falou que esse risco de volume deve ser
117 assumido, porque a informação precisa chegar ao Comitê. Ricardo Paraguassú
118 (OMA-Brasil) atentou para as implicações jurídicas de mudar as palavras, fator que
119 não fica restrito ao português, mas como atuação de um órgão público. José Luiz
120 Governo (TKCSA) sugeriu que o Comitê deve apreciar ou acompanhar os
121 empreendimentos que julga interessantes. Decio Tubbs (UFRRJ) falou que, desde o
122 início, esta alteração é para solucionar um problema preliminar. Existem duas
123 propostas: “deverá e poderá”, ou, “apreciará ou acompanhará”. Nelson Reis (OMA-
124 Brasil) voltou a lembrar sobre as condicionantes apontadas pelo Comitê e acatadas



125 pelo órgão licenciador, que devem ser atendidas pelo empreendedor e enviadas
126 formalmente ao Comitê Guandu. Magno Roza sugeriu, no artigo 5º, que o órgão
127 licenciador encaminhe as informações para o Comitê. Decio Tubbs (UFRRJ) falou que
128 esse objeto pode ser resolvido durante a instrução técnica. O mesmo afirmou que isso
129 precisa ser resolvido através de negociações, pois é importante construir esses
130 diálogos de uma forma produtiva. Jose Arnaldo (P.M. Japeri) falou sobre a sugestão
131 de inserir a questão da sinergia. Ressaltou a obrigação do INEA de informar dados
132 diversos de disponibilidade hídrica. Decio Tubbs (UFRRJ) falou que este tipo de
133 informação está nos relatórios anuais da AGEVAP. Sintetizou que, se a situação foi
134 flexibilizada para os municípios, é necessário sinalizar a obrigação do INEA em
135 divulgar as informações de outorga correntes na região. Julio Cesar Antunes falou
136 que as informações são construídas, relatadas com base no que passa pelo Comitê.
137 Falou sobre o sistema de informações SIGA-GUANDU, que vai disponibilizar este tipo
138 de dado assim que o Comitê receber. Falou que o Estado foi correto em
139 descentralizar o licenciamento, já que o amadurecimento técnico a nível local deve
140 existir, assim como os projetos de esgotamento sanitário. A construção de resolução
141 é válida, mas o esforço deve ser no sentido de encontrar soluções. Amisterdan
142 Ribeiro (SIMARJ) afirmou que a idéia é solucionar problemas criados nas Prefeituras.
143 Mas que a ajuda também deve voltar. Então, o importante é que o Comitê tenha
144 ciência dos empreendimentos, a partir das Prefeituras, mesmo que de portes médio e
145 pequeno. Decio falou que o Comitê tem documentados os status dos
146 empreendimentos na bacia, inclusive para acompanhar os projetos ambientais das
147 empresas. Decio colocou para aprovação da Plenária. Nelson Reis (OMA-Brasil)
148 perguntou sobre a parte prática dessa alteração, a entrada efetiva do Comitê Guandu
149 nesses processos. Decio Tubbs (UFRRJ) explicou que a resolução será encaminhada
150 a INEA e CERHI-RJ. Ricardo Paraguassú (OMA-Brasil), sugeriu manter os termos e
151 ficar de acordo com a legislação. A minuta foi aprovada. Julio Cesar (ABES) passou
152 ao segundo item de pauta, que dispõe sobre a indicação da AGEVAP como Agência
153 de Bacia do Comitê Guandu. Falou que o valor ainda não está definido. Existem duas
154 opções: aguardar a definição, ou aprovar o texto antes desta definição. Sobre o
155 período, de acordo com a lei, os contratos são sempre assinados num período de



156 cinco anos, renovado a cada ano. Nelson avaliou positivamente o trabalho da
157 AGEVAP. André Marques (AGEVAP) falou que o maior custo da Agência é com
158 pessoal, e varia de dois milhões e trezentos mil a dois milhões e quatrocentos mil
159 reais. Julio Cesar falou que isso depende da Plenária. Sem mais comentários, a
160 resolução foi aprovada. Fátima Rocha (AGEVAP) pediu que os membros preencham
161 o formulário de avaliação. Próximo item de pauta foi a aprovação da FIPERJ como
162 novo membro do segmento Governo Estadual. A solicitação foi aprovada. 6 – Em
163 relação à solicitação de apoio à Semana Acadêmica de Biologia da UFRRJ, Fátima
164 Rocha (AGEVAP) informou a orientação de limitar o apoio para 10.000 reais. Julio
165 Cesar Antunes (ABES) pediu que todos divulguem e falem sobre o Comitê, porque o
166 órgão tem ajudado direta e indiretamente vários membros, de um modo geral. Afirmou
167 que é necessário um fortalecimento mútuo. É muito importante que, em relação a
168 projetos, que os parceiros sejam citados, que o nome do Comitê e a parte de recursos
169 hídricos sejam evidenciados. Após comentários, o recurso foi aprovado. Parei aqui 7 –
170 Assuntos Gerais: Claudio Ribeiro (P.M. Miguel Pereira), da Secretaria de Meio
171 Ambiente de Miguel Pereira, falou sobre a questão dos incêndios florestais. Citou o
172 Plano Estadual de Recursos Hídricos, que indica que uma das ações do aporte de
173 recursos é combater incêndios. Relatou os problemas de 2014 com incêndios
174 florestais e a criação da brigada com o apoio de ITPA, Defesa Civil e Corpo de
175 Bombeiros. Comentou sobre a criação de um grupo de Whatsapp para comunicação
176 entre a brigada e os moradores, e como é interessante ver que a brigada caminhou a
177 partir do Plano Associativo de Combate às Queimadas. A idéia é montar um pequeno
178 núcleo de educação ambiental e percorrer as localidades que sofrem com o fogo,
179 além de manter o combate, trazer essas ações para o Comitê, e conversar a respeito
180 de um feedback. Decio Tubbs (UFRRJ) falou que, em relação a isso ser replicado
181 para outros Comitês, pode ser feito um informativo a respeito desse ponto específico.
182 E o Comitê não tem capacidade de implementar todos os planos, mas pode ser feito
183 um processo conjunto com as prefeituras que tenham interesse. Julio Cesar (ABES)
184 falou que o Comitê Guandu está chegando a um momento de acompanhar de
185 maneira integrada os projetos desenvolvidos, de forma que isso fique mais claro. Jose
186 Arnaldo (P.M. Japeri) divulgou o projeto de Caminhadas Ecológicas em Japeri, que



187 tem sido bem recebidas no município, com alta frequência de público. Mencionou
188 outros projetos, como a Feira da Agricultura Familiar, a ser realizada em 30 e 31 de
189 julho em Japeri. Nelson Reis (OMA-Brasil) agradeceu a inclusão no grupo da Brigada
190 de Incêndio e parabenizou o município de Miguel Pereira pelo trabalho. Sugeriu um
191 reforço ao Ministro Fux, que determinou que em 10 dias, os governadores devem
192 apresentar programas de reflorestamento. Sobre o Plano de Contingência, sugeriu
193 que o Comitê encaminhasse uma proposta ao Janot, que criasse um grupo de juristas
194 para atuarem na bacia do Guandu, para que as ações tenham um único alinhamento.
195 Nelson (OMA-Brasil) continuou, falando sobre a preocupação de incluir jovens nas
196 atividades do Comitê. O mesmo sugeriu a criação de um grupo no Whatsapp para o
197 Comitê Guandu. Maria Dalva (FIPERJ) apresentou-se, informando que trabalha na
198 área de agricultura da FIPERJ. Convidou o Comitê Guandu para o I Tilápia Gourmet,
199 que será realizado em Barra do Piraí, para abordar a produção da região aliada à
200 sustentabilidade. E falou sobre a participação do Comitê com um espaço para
201 apresentações. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) explicou sua fala em harmonia com a
202 preocupação da prefeitura de Miguel Pereira. Relatou que existem três projetos do
203 SIMARJ na região: a recuperação de dois valões e do Rio Piloto. Os investimentos
204 são caros demais para serem perdidos em queimadas, e é necessário capacitar
205 contingentes de voluntários para combater o fogo em Seropédica. José Luiz Governo
206 (TKCSA) atualizou informações a respeito da crise hídrica, que começou a assolar a
207 região no fim de 2013. Explicou a redução de vazão e a entrada da água salgada por
208 conta das variações de maré. Alertou para as reduções de vazão, que vão autorizar
209 uma redução para 75m³/s. Relatou a necessidade das empresas de aumentarem sua
210 capacidade interna. E mais tarde seria estudada uma adutora de catorze quilômetros
211 para chegar até a CEDAE. José Governo lembrou a construção da soleira, que foi
212 concluída e retardou a cunha salina. Porém, a captação da TKCSA foi movimentada,
213 e acabou sofrendo com a água salgada. Todas as obras são muito grandes e
214 precisam estar concluídas agora, por conta dos baixos volumes dos reservatórios.
215 Julho é o mês mais seco da série histórica, ou seja, desde que começou a prática de
216 medir os níveis de chuva. Não há informações seguras a respeito dos efeitos de
217 trabalhar com uma vazão reduzida a esse ponto. A construção da adutora resolve



218 esses problemas de captação e reuso na região, mas isso ainda leva tempo. Julio
219 Cesar Antunes (ABES) destacou o acesso às informações sobre a operação
220 hidráulica nos sites do Comitê Guandu e AGEVAP. Falou que a filosofia discutida
221 dentro do GTAOH é evitar a perda de qualidade e quantidade de água até que
222 chegue o período chuvoso. O mesmo relatou houve um teste com a vazão por 12
223 horas me 80 m³/s. Julio afirmou que tudo está sendo gerido para que não seja
224 necessário utilizar o volume morto até chegar em novembro. O rodízio para o uso de
225 água entre os setores de agricultura, energia e abastecimento já é realidade no PCJ.
226 Julio Cesar (ABES) informou que isso requer um nível de maturidade técnica muito
227 grande. Mauricio de Oliveira (SIMA) relacionou a crise hídrica à geração de energia
228 elétrica em capacidade máxima. Julio Cesar (ABES) fez um histórico da época
229 anterior à criação da ANA, onde não havia a noção do uso de reservatórios para os
230 usos múltiplos. A geração de energia consumiu o volume dos reservatórios. Isso está
231 provado. O setor hidrelétrico ainda tem muita força. O Diretor Geral avaliou que, para
232 mudar a visão, é necessário mudar a operação da geração de energia. Será
233 necessário restringir. Não fosse a situação da crise, essa cultura não seria modificada.
234 Infelizmente, a política é baseada nisso. Julio encerrou dizendo que ainda segue o
235 sistema de alerta, destacou o quesito científico. O cenário político também prejudica a
236 gestão de água. Voltou a falar da apropriação do conhecimento sobre a questão de
237 escassez hídrica. Julio Cesar Antunes (ABES) convidou os membros a contribuírem
238 com propostas para a revisão do site Guandu. Informou que será criado um
239 calendário de eventos no site do Comitê. O Diretor Geral também falou sobre o
240 Congresso da ABES, que reúne 6.000 pessoas. Convidou os atores do campo de
241 recursos hídricos a participarem. Markus Stephan (APEDEMA) convidou para evento
242 dia 31/07, na Catedral de Nova Iguaçu, a partir de 15h, "Sabores e Saberes", com
243 troca de mudas e conhecimento. Waldemiro Andrade (P.M. Barra do Piraí)
244 complementou a informação sobre a operação hidráulica, lembrando que o município
245 fica imediatamente após a transposição. E o município sofre com problema de
246 captação. Informou que das 21h às 8h, não é mais possível captar, então a bomba é
247 desligada. A vazão é suficiente, mas é necessário adequar a situação. Julio Cesar
248 (ABES) falou que é necessário rever algumas referências de dados para operar



249 melhor. Informou que há equipe do INEA em campo há uma semana para medir estas
250 variações. Waldemiro (Barra do Piraí) informou que o município está buscando uma
251 situação onde haja 1,5m de profundidade. Como lista de encaminhamentos, segue: 1
252 – Minuta de resolução que altera a Resolução 11: corrigir a resolução aprovada,
253 solicitar assinatura dos diretores e encaminhar ao CERHI para conhecimento; 2 -
254 Minuta de resolução que indica a AGEVAP: inserir o valor para renovação em artigo
255 próprio; solicitar a assinatura dos diretores e encaminhar ao CERHI para aprovação; 3
256 - Minuta de Resolução Valores Transposição: Encaminhar ao presidente do CEIVAP a
257 resolução em formato de minuta; 4 - Atualizar a composição da Plenária, incluindo a
258 FIPERJ; 5 - Apoio ao evento Biologia: informar aos organizadores e iniciar a cotação
259 dos materiais. O Diretor Geral, Julio Cesar Antunes (ABES), agradeceu a presença de
260 todos, questionou se alguém teria algo a acrescentar e não havendo, encerrou a
261 reunião às 16h58min. Eu, Lucas Lacerda, tomei a termo esta ata que segue assinada
262 pelo Diretor Geral e Diretor Executivo.

263
264
265
266 Julio Cesar Oliveira Antunes (ABES)
267 Diretor Geral

263
264
265
266 Decio Tubbs Filho (UFRRJ)
267 Diretor Executivo

269 **Membros Presentes**

270
271 Usuários: Abílio Faia (FCC); Robson Oliveira (ASDINQ) Viviane Montebello
272 (NUCLEP); Eduardo Gomes (Sind. Rural de Rio Claro); Raquel da Silva
273 representando Marcio Dias (SFE); José Luiz Governo (TKCSA); José Gomes Barbosa
274 (LIGHT); Amisterdan Ribeiro (SIMARJ);

275
276 Sociedade Civil: Ida Carolina representando João Bosco de Salles (UEZO); Decio
277 Tubbs Filho (UFRRJ); Vera Agarez (UVA); Fernando Ribeiro (CI-Brasil); Mauricio de
278 Oliveira (SIMA); Nelson Reis (OMA-Brasil); Markus Stephan (APEDEMA); Julio Cesar
279 Antunes (ABES);

280
281 Governo: Jose Arnaldo Oliveira representando Michelle Fernanda (P.M. Japeri);
282 Waldemiro de Andrade (P.M. Barra do Piraí); Claudio Ribeiro (P.M. Miguel Pereira);
283 Livia Pires representando Mario Amaro (P.M. Piraí); Carlos Alberto Leitão (P.M. Nova
284 Iguaçu); Elaine Gonçalves (P.M. Paracambi); Andreia Loureiro (P.M. Queimados);

Ronaldo Sabino (P.M. Rio Claro); Livia Soalheiro (SEA); Magno Roza (EMATER-
RIO);

Membros Ausentes

Usuários: Jaime Azulay (CEDAE); Frederico Coelho (CEDAE); Rodrigo Ninow
(AMBEV); Paulo de Tarso (FIRJAN); Pâmela Reis (GERDAU); Sabina Campagnani
(Furnas); Diego Ruas (PETROBRAS);

Sociedade Civil: Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi); Maurício Ruiz (ITPA); Vera
Martins (ACAMPAR-RJ); Hendrik Mansur (TNC); Paulo Farias (SINTSAMA);

Governo: Ademar Quintella (P.M. Seropédica); Monique Fontes (P.M. Itaguaí);
Sebastiana Cesário (INEA); Felipe Brasil (CREA-RJ); Ricardo Nogueira (ICMBio)

Convidados

Flavio Simões (INEA); S. Marques (SIMA); Camilla de Lima (OMA-Brasil); Nathália
Vilela (AGEVAP); Janaina Vettorazzi (Comitê Guandu); William Webber (Jornalista);
Mario Landi (CAR-GUANDU); Ana Raquel da Cunha (P.M. Barra do Piraí); João
Lisbôa Neto (ADEFIMPA-RJ); Ricardo Paraguassú (OMA-Brasil); Vinícius Andrade
(NUCLEP); Rayane de Oliveira (NUCLEP); Marco Pires (P.M. Piraí); Maria Dalva
Ribas (FIPERJ); José Ferreira (Agricultor); Cátia de Vasconcelos (P.M. Nova Iguaçu);
Aline da Silva (P.M. Nova Iguaçu); Gisela Torres Homem (DIGAT-INEA); Leonardo
Poyart (Montenegro).

